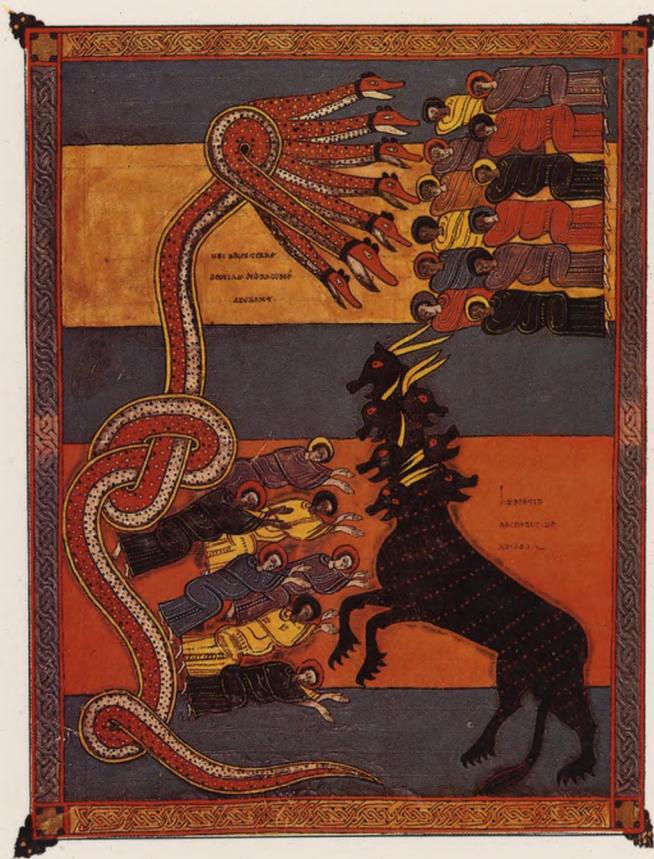


⓪ Sagrado e o Profano



HOMENAGEM A J. S. DA SILVA DIAS



INSTITUTO DE HISTÓRIA E TEORIA DAS IDEIAS
FACULDADE DE LETRAS

COIMBRA 1986

análise e ainda como sugestão para novos trabalhos que nós, portugueses, teremos também de realizar em colaboração com os «pesquisadores» brasileiros.

Lúis Reis Torgal

Leopoldo Jobim, *Ideologia e Colonialismo*. Prefácio de Lúis Viana Filho, Rio de Janeiro, Forense-Universitária, 1985, 131 pp.

1. Polarizado em torno da personalidade, dos escritos e da acção de Lúis dos Santos Vilhena (1744-1814), Leopoldo Jobim, professor da Universidade de Brasília, acaba de publicar um importante trabalho sobre o pensamento político e económico do Brasil setecentista.

Com *Ideologia e Colonialismo* pretende o autor propor um espaço de reflexão mais adequado do' que foram as Luzes em Portugal. Chama a atenção para a sua tese, do que, em Chaunu, em *La civilisation de VEurope des Lumières*, foi o conceito de *alargamento e absorção* de áreas geográficas.

Neste aspecto, o que me parece questionável, logo de início, para enquadrar o autor, em volta de quem se faz interpretação sobre ilustração, no Brasil, é o tipo de atenção prestada a um posicionamento reformista para o qual, os *Principes de la pensée au siècle des Lumières*, de GUSDORF, não se tornarão, porventura os mais inspiradores. Devo confessar, que sempre fiquei de sobreaviso em relação a uma focalização predominantemente francesa e enciclopedista (ou de condicionamento francês). De facto, difícil se torna abordar temas e problemas de Luzes, em espaço e tempo português, desde os anos 60 até às últimas décadas de Setecentos sem, a par da influência das Luzes francesas, muitas delas reprimidas, não atender a uma ilustração italiana, à «Frueaufklärung», de expressão germânica, ou à Ilustração inglesa, ilustrações mais aceites pelo que tinham de simpatia para o projecto pombalino. E, também, na mesma linha de reparo, faria notar que a referência ao Newton, de *Philosophie Naturalis Principia Mathematica*, a que se poderia acrescentar, pela importância que teve para uma nova matriz epistemológica, a leitura do livro IV da *Óptica*, não pode ser dissociada da compleição de um newtonianismo moral, que fará curso entre nós, e que contribuiu ideologicamente para a mentalidade e sensibilidade que apelava para compromissos em que a inovação não perturbasse, no fundo, um entendimento de valores que se querem reportados tanto às *coisas da natureza*, — ou seja pelo paradigma da «autonomia das ciências

físicas», como à *natureza das coisas*, ou seja, pelo paradigma teológico. Espíritos formados nestes quadros mentais podiam orbitar na esfera de uma política como a de D. Rodrigo de Sousa Coutinho. E, Leopoldo Jobim, virá a dar-nos conta, justamente, do interesse, em Luís dos Santos Vilhena de ofertar saber, e eventualmente serviços, a um dos mais esclarecidos intérpretes da situação de colónia, que foi aquele ministro de D. João.

2. Com este, como que intervalo de algumas discordâncias, e de pontos de vista diferentes pretendi, acima de tudo, avivar o que se me afigura, muito necessário, para uma discussão renovada da ilustração de expressão portuguesa, de que Jobim é um dos mais lúcidos estudiosos, na actualidade.

Particularmente atento ao contexto reformista, na adequação possível das Luzes ao Poder, com o entendimento claro do que foi uma fisiocracia integradora do que o mercantilismo tinha de operacional, (ou vice-versa?) pôde o autor abordar em páginas fundamentais, uma personalidade das Luzes, envolvida na sentida perplexidade do que era o colonialismo, como este estava convencionado, e qual o horizonte de possível remedeio de alguns gravames. Não menos importante, é a atenção prestada ao problema escravagista, aos índios, à propriedade, à pobreza, à organização política, à saúde, à educação, à religião.

São, de facto, páginas que se tornam de urgente leitura. Nas referências de conteúdos analisados não queria deixar de sublinhar a perspectivação crítica da problemática da *agricultura* nas suas conexões teóricas, sectoriais e de projectismo, sem esquecer a referência do pressentimento da revolução industrial, reforçando-se neste acervo da análise, o impulso programático dos «economistas» da Academia das Ciências, desde 1789.

3. Estamos, pois, perante um texto que, em termos de eventual polémica, contém a convicção de um estatuir da «impossibilidade de transferir integralmente um sistema de filosofia política da Europa para o Brasil», com a conclusão, de que em personalidade tão significativa como é Luís dos Santos Vilhena, se produz uma «integração na corrente iluminista reformista do século das Luzes em Portugal». Mas, para retomar, ainda, a questão já posta: Que reformismo e que configuração de reformismo? E — que parâmetros de discriminação das Luzes-outras (europeias ou americanas) temos perante nós? Pessoalmente, diria, que não somos muitos, hoje, a trabalhar sobre o reformismo iluminista. Mais uma razão para

reiterar a importância desta obra, até pelo caminho aberto, pela tese de Leopoldo Jobim: A de uma Ilustração que, mais que portuguesa ou brasileira, seria luso-brasileira.

José Esteves Pereira

José Sebastião da Silva Dias, *A política cultural da época de D. João III*, Universidade de Coimbra, Instituto de Estudos Filosóficos, 1969, 1 vol. em 2 tomos; *Os Descobrimentos e a problemática cultural do século XVI*, Universidade de Coimbra, Seminário de Cultura Portuguesa, 1973, 411 pp. *

O professor português J. S. da Silva Dias, com seus dois últimos livros publicados, *A Política Cultural da Época de D. João III* e *Os Descobrimentos e a Problemática Cultural do Século XVI*, realiza uma obra verdadeiramente fantástica, um exemplo incomparável da mais alta, da mais pura, da mais perfeita erudição.

Do primeiro livro saiu apenas o primeiro volume, em dois grossos tomos, estudando a problemática cultural da época joanina terceira. É uma obra de grande complexidade arquitetônica, uma interpretação da realidade histórica na sua estrutura e nas suas conexões. O livro estuda o classicismo e o humanismo, todo o contexto ideológico europeu, as letras e a política, as reformas de ensino, preparatório, superior, e a Universidade, a cultura e a ação, os fatores sociológicos e políticos, a reação à conjuntura ideológica do século XVI.

A base é o conhecimento profundo e extenso de todas as fontes, uma bibliografia eruditíssima, as mais importantes obras, os autores clássicos, uma construção metodológica extremamente apurada, uma concepção historiográfica moderna, uma capacidade interpretativa de alta categoria.

Não posso, nos limites deste artigo de duas páginas, tratar adequadamente deste livro e muito menos dos dois, pois o segundo, *Os Descobrimentos*, apesar de menor, apresenta a mesma força intelectual, a mesma exuberância de conhecimentos, a mesma capacidade e crítica. Creio firmemente que todas essas páginas foram construídas laboriosamente, e estou certo de que muito aprenderão os que tiverem o prazer de lê-las.

* Esta recensão foi já publicada na *Revista de História*, vol. XLVII, Out.-Dezembro, 1973, nt. 95, São Paulo.